"MINAS SÃO MUITAS": TODAS AMPLIANDO SUAS ATIVIDADES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS

Antonio César Ortega[1]

Resumo: Demonstramos neste artigo que as atividades rurais não-agrícolas vêm crescendo em Minas Gerais, assim como ocorre em todo território nacional. Usando os dados das PNAD's (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) pode-se observar que este é um fenômeno tanto da região metropolitana de Belo Horizonte, como das demais regiões do Estado. Procuramos destacar nesse processo a participação da agricultura familiar, que pode buscar naquelas atividades alternativas para inserção nos mercados de produtos e serviços.

Palavras chaves: Ocupações rurais não-agrícolas, emprego rural, desenvolvimento rural.

Summary: ("Minas are many": every enlarging their rural nonfarm activities.) We demonstrated in this article that the rural nonfarm activities are growing in Minas Gerais, as well as it happens in all the every national territory. Using the data of PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) it can be observed that this is a phenomenon occours or the metropolitan area of Belo Horizonte, and on the other areas of the State. We tried to highlight it in the participation process of the agriculture family that, can look for those alternative activities to insert it in the markets of products and services.

Key words: rural nonfarm activities, rural employment, rural development

Introdução

O Projeto Rurbano[2] vem demonstrando em suas pesquisas que o rural é maior que o agrícola e nele vem se observando taxas de crescimento de atividades rurais não-agrícolas mais elevadas que as da agrícola, tanto na geração de emprego como de renda. É importante destacar, como ficou evidenciado em trabalhos das fases anteriores de nosso

[1] Professor Adjunto do Instituto de Economia e do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisador do CNPq. E-mail: acortega@ufu.br

[2] O Projeto Rurbano, sob a coordenação do Prof. José Graziano da Silva do IE/UNICAMP, reúne pesquisadores de instituições públicas de pesquisa e de universidades brasileiras de uma dezena de estados da união. Financiado pela Fapesp, PRONEX, CNPq o projeto encontra-se em sua terceira fase.

projeto, que esse não se trata de um fenômeno restrito ao Sudeste e particularmente a São Paulo, mas que se estende por todo o território nacional, com maior ou menor intensidade e com particularidades regionais. São agora estas particularidades, exploradas em cada Estado e em micro-regiões que precisam ser estudadas. Isto é o que estamos fazendo na terceira fase de nosso projeto.

No caso de Minas Gerais, duas foram as críticas mais repetidas por aqueles que não reconhecem a importância das atividades rurais não-agrícolas. Uma é de que nas regiões de agricultura mais dinâmica e integrada às cadeias agroindustriais, as atividades agrícolas são predominantes e as não-agrícolas têm pouca importância. A segunda é de que nas regiões menos dinâmica, de predominância de agricultura familiar mais tradicional e menos integrada, a prática de atividades rural não-agrícola nunca deixou de ser realizada e, portanto, não haveria nenhuma novidade na identificação de atividades rurais não-agrícolas em seu meio rural.

Através dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNADs), do IBGE, vimos analisando as dinâmicas das atividades rurais realizando o corte metropolitano e não-metropolitano, que é o único que permite esta fonte de dados. O máximo que se pode fazer é separar a região metropolitana do restante do Estado[3].

Entretanto, através de estudos de casos realizados recentemente, pode-se observar que tanto nas regiões mineiras de agricultura mais dinâmica como nas demais, se observa um crescimento das atividades rurais não-agrícolas, com fortalecimento daquelas mais tradicionais (como artesanato e indústria rural) e de novas (como turismo rural e prestação de serviços).

Exatamente por isso, é que na terceira fase do Projeto Rurbano, estamos realizando alguns estudos de caso qualitativo e quantitativo como forma de melhor qualificar este fenômeno recente do meio rural brasileiro e mineiro.

Antes, porém, sintetizamos aqui em linhas gerais as principais conclusões a que já chegamos no Estado de Minas Gerais, que é um bom exemplo do fenômeno nacional de crescimento das atividades rurais não-agrícolas. Como já afirmamos, em seu território temos desde regiões que incorporaram plenamente o padrão tecnológico hegemônico da

---

[3] Consultar ORTEGA, NEDER E CARDOSO (2000:155-157) na coletânea organizada por CAMPANHOLA E GRAZIANO DA SILVA (2000), volume 3.

agricultura brasileira, como é o caso do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, como aquelas regiões mais atrasadas naquela incorporação e que continuam praticando uma agricultura tradicional, fortemente assentada no trabalho familiar. Em todas elas, entretanto, o que se observa é uma forte presença das atividades rurais não agropecuárias.

Como já apresentamos em trabalho anterior, as taxas médias de crescimento geométrico, nos períodos 1981/92 e 1992/97, para a população residente no meio rural em Minas Gerais confirmam as afirmações anteriores. A PEA ocupada em atividades agrícola reduz-se em 0,7% e 1,8% ao ano, respectivamente para aqueles períodos. Em contra partida, a PEA não-agrícola, naqueles mesmos períodos, apresentou taxas de crescimento anual positivas de 5,4% e 3,3% respectivamente. Como conseqüência, a PEA não-agrícola vem aumentando significativamente sua participação no total da PEA rural de 10 anos e mais entre 1981 e 1997, passando de 14,5% para 29,26%. Portanto, apesar de que ainda não é majoritário, o emprego rural não-agrícola vem aumentando sua participação, e de maneira crescente. (ORTEGA, NEDER E CARDOSO, 2000)

Dados mais recentes, também elaborados a partir de tabulações especiais das PNADs pela equipe do Projeto Rurbano, continuam confirmando as mesmas tendências para Minas Gerais, queda do emprego agrícola e crescimento do emprego não-agrícola. Foram calculadas as taxas de crescimento geométricas para o período 1992/99 e 1996/99, tentando captar uma aceleração ou não daqueles fenômenos.

Foi identificada uma queda da população ocupada agrícola no período de 1992/99 em 2,1% ao ano, com níveis de significância de 5%, e níveis de significância que não permitem para o período 1996/99 nenhuma conclusão. Entretanto, para os mesmos períodos, no caso da população ocupada não-agrícola observa-se taxa de crescimento positivo. Verifica-se um crescimento de 2,4% ao ano para o período 1992/99, com níveis de confiança de 5%, e de 1,3% ao ano para o período 1996/99 com níveis de significância de 10% (Tabela 1 em anexo). Portanto, os dados para Minas Gerais, para estes períodos, assim como já havia sido demonstrado em trabalhos anteriores com dados para o Brasil (GRAZIANO DA SILVA, 1999), confirmam o que vínhamos observando anteriormente.

Explorados os dados, entramos agora numa fase em que é preciso realizar estudos qualitativos que nos permitam entender melhor esse fenômeno recente da agricultura brasileira, de aceleração das atividades rurais não-agrícola. Na seção seguinte apresentamos

algumas experiências mineiras de atividades rurais não-agrícola, que envolvem micro-regiões como a metropolitana, de outras que incorporaram o padrão tecnológico da Revolução Verde de maneira mais intensa e outras, onde a incorporação daquele padrão foi apenas parcial, mas que igualmente expande suas atividades rurais não-agrícolas. Nestas últimas, entretanto, destaque-se a importante presença da agricultura familiar, o que nos levou a realizar numa seção seguinte algumas discussões em torno de pontos polêmicos relativos a inserção atual dessa agricultura nos mercados de produtos e serviços. Por fim, sintetizamos algumas de nossas conclusões numa última seção.

Explorando as "muitas Minas"

Tem-se dito recorrentemente que o fenômeno das atividades rurais não agropecuárias no Brasil estaria ligado ao transbordamento da cidade sobre o campo, daí constituir-se num fenômeno típico das regiões mais densamente povoadas. Este seria o caso das regiões metropolitanas.

Sem dúvida. Quando observamos o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte constata-se que o meio rural do entorno da capital mineira apresenta resultados expressivos de ampliação das atividades rurais não-agrícola. Dados da Tabela 2, em anexo, mostram que as atividades exclusivamente agrícolas no período de 1992/99 apresentaram uma redução da população ocupada de 9,8% ao ano, enquanto que as atividades rurais não-agrícolas apresentaram coincidentemente a mesma taxa, entretanto, com sinal trocado. Interessante observar, portanto, que o fenômeno da expansão do emprego rural com base naquelas atividades, em detrimento das agrícolas, no caso do rural metropolitano ocorre numa velocidade mais intensa que a média do Estado.

Entretanto, contrariando aqueles que afirmam que esse é um fenômeno de transbordamento do urbano sobre o rural, quando analisamos o rural não metropolitano concluímos que ali também se verifica o crescimento das atividades rurais não-agrícola. Essas atividades, no caso de Minas Gerais, estão fortemente relacionadas às atividades dos agricultores por conta-própria, que no período de 1996/99 apresentam uma taxa de crescimento de 12,9% ao ano, significativa ao nível de 5%, como pode ser constatado através dos dados da Tabela 3 em anexo.

Exemplo disso pode ser encontrado no trabalho de MEDEIROS (2000), que estudando a comunidade de Boa Vista, no município de Itaguara, região central de Minas Gerais, com pouco mais de 10 mil habitantes, "onde o rural tem mantido suas características próprias,..., as atividades não agrícolas se sobressaem." (MEDEIROS, 2000:68) Ali, as tecelãs se organizaram e comercializam sua produção através do Centro de Artesanato Nica Vilela na sede do município, ou através de intermediários que realizam encomendas diretas. As rendas geradas com essa atividade, apesar de pequenas, como reclamavam as tecelãs, permitem a geração de uma parcela da renda à família por vezes superior àquela gerada pela atividade agrícola, além de possibilitar às mulheres uma nova inserção social na comunidade, conquistando maior cidadania.

Além das experiências espontâneas, ou mesmo dinamizando-as, programas governamentais estaduais vêm viabilizando o desenvolvimento de atividades rurais não-agrícolas. Esse é o caso do **Programa Mãos de Minas** que incentiva a criação de cooperativas de artesãos, que a partir de 1998 estão associadas à Associação dos Artesãos e Produtores Caseiros. Em 1999 a Associação se transformou numa ONG, a Central Mãos de Minas, que reúne 20 associações de todo Estado. Dentre estas, muitas são atividades rurais não-agrícolas, como as que relatamos anteriormente (GAZETA MERCANTIL, 16/10/2000).

Na área do turismo rural, o Sebrae Minas Gerais, através do **Programa Sebrae de Turismo**, vem incentivando projetos como o de Maria da Fé, no sul de Minas. Município com as temperaturas mais baixas do Estado, e cuja principal atividade econômica era o cultivo da batata, que entrou em crise em 1996. Seu clima frio favoreceu o desenvolvimento do turismo rural como alternativa à monocultura da batata.

Hoje já são 33 municípios beneficiados por aquele Programa, com 88 empreendimentos implantados, e a previsão da incorporação de outros 30 municípios até o final de 2001, de acordo com Informe Especial do Sebrae de agosto de 2001.

Em regiões mineiras de ocupações mais antigas, velhas fazendas vêm adotando atividades turísticas para resguardar o meio rural dos perigos da degradação ambiental, arquitetônica, cultural e dos baixos rendimentos. Exemplo disso são as antigas fazendas na Serra de Carrancas, microrregião dos Campos das Vertentes ao sul de Belo Horizonte. E como registra recente artigo jornalístico da revista GLOBAL RURAL em seu número de setembro de 2001.

> *"O bom das principais fazendas de Carrancas que aderiram ao turismo rural é que elas funcionam de fato como fazendas. Mais de 90% do que se come e se bebe no café da manhã, no almoço e na janta são colhidos, criados e preparados ali mesmo. O milho para os tradicionais biscoitos, pães, broas e bolos, o leite dos variados queijos e da manteiga, as frutas, as geléias, os famosos doces mineiros, o arroz, o feijão, os legumes, alguma verdura, a cana das cachaças artesanais, o frango para se comer com quiabo e ao molho pardo, as carnes de porco e de boi. Tudo feito, obviamente, no fogão a lenha".*

Naquela região de Minas, conclui ROQUE (2000), as propriedades que aderiram ao turismo começaram com baixos investimentos e ainda são administradas pelas próprias famílias, com importante participação da mulher[4]. Mantém-se nesse caso as atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas fazendas, até porque isso significa um dos atrativos para o visitante urbano.

Outro exemplo, que vem das Minas mais tradicionalmente rural, é a da já famosa cachaça artesanal do norte de Minas Gerais. O **Programa de Qualidade da Cachaça de Minas** (Pró-Cachaça) do governo estadual incentiva a melhoria da qualidade da cachaça mineira produzida artesanalmente. Busca-se, assim, através de sua certificação constituir uma denominação de origem para viabilizar sua entrada em mercados mais exigentes, tanto nacional como internacional.

Além dessa iniciativa do governo estadual, o Sebrae Minas também vem tentando fortalecer essa importante atividade realizada pelos pequenos alambiques. Como conseqüência surgiu a Cooperativa da Cachaça (Coocachaça), reunindo 60 produtores de todas as regiões do Estado e que têm conseguido colocar seu produto em alguns mercados do exterior, como EUA, Portugal, Itália, Alemanha e Inglaterra.

Tabulando os dados do Censo Agropecuário de 1995/96, que subestima a produção da indústria rural FERNANDES F. (2001), nos apresenta que 31,95% dos estabelecimentos rurais de Minas Gerais realizam atividades daquele tipo. Aquela subestimação deve-se ao fato de que não estão computados os estabelecimentos que realizam atividade de indústria rural, mas que já possuem registro no Serviço de Inspeção Federal. Portanto, como afirmamos anteriormente, este é um dado subestimado.

Ainda assim, os dados coletados por aquele autor nos mostram a importância dessa atividade no Estado. Dentre as atividades mais importantes registradas no Censo

[4] A participação feminina na iniciativa e administração dos hotéis rurais também havia sido observada por CARDOSO (1999) nas experiências estudas pela autora no Triângulo Mineiro.

Agropecuário de 1995/96 destacam-se a produção de queijo e requeijão, a de farinha de mandioca, fubá de milho, rapadura, polvilho e aguardente (FERNANDES F., 2001).

Se estas são atividades tradicionais no meio rural mineiro, outras mais recentes vêm ganhando importância em regiões mineiras, que passaram por intenso processo de incorporação do padrão tecnológico da Revolução Verde, mas que também vêm explorando as atividades rurais não-agrícola. Exemplos disso são os pesques pague e hotéis fazenda. No caso do Triângulo Mineiro, região considerada exemplo de "moderna agricultura", também se verificam algumas destas experiências (CARDOSO, 1999).

No caso dos pesque pagues, o que a autora identifica é que esta atividade vem sendo desenvolvida principalmente em propriedades relativamente próximas aos centros urbanos, caracterizando um lazer de baixo custo para residentes urbanos. Em virtude dos investimentos relativamente baixos se comparados com os hotéis fazenda, os pesque pagues se constituíram em atividades complementares de propriedades rurais pequenas e médias.

Já os hotéis fazenda, por requererem uma maior infra-estrutura e atrações turísticas, têm sido instalados em propriedades maiores, exigindo investimentos mais expressivos, mas gerando um maior volume de emprego e renda. Pelo maior grau de exigência de seus turistas rurais, que demandam belezas naturais, mas que também querem conforto, a administração desses empreendimentos requer maior profissionalismo. Assim, pelas especificidades de seu gerenciamento, CARDOSO (1999) constatou que o perfil desses empresários rurais não-agrícolas, no caso do Triângulo Mineiro, é o de proprietários rurais com forte vínculo urbano e/ou formação educacional elevada.

Mas não é somente por empresários rurais com capital e tino empreendedor que o meio rural vem sendo ocupado de maneira mais ampla do que simplesmente para as atividades agropecuárias. Exemplo interessante, resultado não do dinamismo empresarial, mas da pobreza urbana, é a ocupação das margens das inúmeras represas no Triângulo Mineiro, como identificou CARDOSO (1999).

Estes empreendimentos acabaram sendo comercializados dessa maneira, já que a demanda foi pequena num primeiro momento, talvez em virtude de que aqueles que possuem maior poder aquisitivo e desejam uma segunda residência no campo, já possuam terra. Muitos destes loteamentos, invariavelmente irregulares, sem saneamento básico e que vêm causando sérios problemas ambientais para as represas, têm sido ocupados por

famílias de baixa renda dos pólos urbanos da região. Os lotes vêm sendo comercializados como pequenas chácaras de recreio nas margens das represas. Entretanto, acabaram constituindo-se, de fato, não em segunda, mas sim como primeira moradia. Dessa maneira, esses moradores, fogem do elevado custo da habitação urbana e transformam essas áreas em “favelas rurais”.

Como foram transformadas em primeira moradia, distantes do centro urbano, com transporte precário, acabam viabilizando a constituição de um incipiente comércio de produtos de primeira necessidade, bares, etc. Criam, portanto, novos empregos, no comércio, na construção civil, no transporte, etc., quase sempre de baixa qualificação. (CARDOSO, 1999).

Outro tipo de empreendimento imobiliário rural, estes sim resultado do transbordamento da riqueza urbano, são os condomínios residenciais rurais de alto padrão e chácaras de recreio. Assim, como ocorre em São Paulo, estes condomínios e loteamentos para chácaras proliferam-se na mesma magnitude em que aumenta a violência urbana.

Enquanto as atividades rurais não-agrícolas criam novas ocupações no meio rural, dinamizando o emprego e gerando rendas maiores, recentes transformações das atividades rurais agrícolas contribuem para a ampliação do desemprego rural.

Exemplo disso é o que vem ocorrendo nas atividades agrícolas da micro-região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que vêm complementando a mecanização em todas as etapas do processo produtivo em culturas cuja demanda por força de trabalho, principalmente temporária, é bastante expressiva. Assim, esse processo de intensificação da mecanização da agricultura, dentre outras transformações, provoca profundas modificações nas relações sociais de produção, com fortes impactos sobre o emprego rural agrícola.

Quando se introduz o padrão tecnológico da Revolução Verde no cerrado mineiro, temos a introdução de culturas altamente demandantes de força de trabalho e que, até então, eram pouco praticadas na região. Ocorre assim, num primeiro momento, uma elevação do emprego assalariado em detrimento de outras formas de ocupação, como é o caso das atividades com meeiros (GARLIPP, 1999).

A relativamente recente incorporação de culturas estranhas à região, como é o caso da soja e do café, e a readequação de outras àquele padrão tecnológico, como é o caso da cana-de-açúcar e do milho, levou a um aumento da ocupação da força de trabalho nas

décadas de 1970 e 1980, em atividades permanentes e temporárias. Nesse fenômeno, de ampliação da oferta de emprego, merecem destaque as culturas de cana-açúcar e café, que embora de maneira concentrada no tempo e em algumas etapas do processo produtivo, como é o caso da colheita, elevam a demanda por trabalho no cerrado mineiro.

No entanto, à medida que novas tecnologias vão sendo introduzidas, complementando a mecanização em todas as etapas do processo produtivo, o resultado tem sido o decréscimo do emprego agrícola no meio rural daquela região, particularmente do emprego temporário, principalmente como conseqüência da intensificação da mecanização da colheita.

Durante o processo de modernização da agricultura da região, as formas não assalariadas de organização da produção vão sendo destruídas e os moradores tomam outros destinos, transformando-se em assalariados permanentes ou temporários. Outros são obrigados a migrar para as cidades. Como pode ser observado, através dos dados da Tabela 4, o número de parceiros empregados na região sofre uma brusca queda ao longo das décadas de 1970 e 1980. Dos 25.449 parceiros no ano de 1970, alcança-se apenas 1.621, em 1996.

Tabela 4 - TMAP - (1970-1995/96) - Pessoal Ocupado Distribuído por Categoria (Permanentes, Temporários e Parceiros).

Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	**1970**	**1980**	**1985**	**1995/96**	**Crescimento Médio (Tx)**		
					1970/80	**1980/85**	**1985/95-96**
Ocupação Total	147.660	224.545	264.161	192.274	4,281	3,303	-3,126
Permanentes	18.351	53.696	62.097	52.503	11,334	2,950	-1,664
Temporários	22.902	43.866	65.963	29.592	6,715	8,501	-7,703
Parceiros	25.449	9.471	7.239	1.621	-9,412	-5,233	-13,899

Fonte: CENSOS AGROPECUÁRIOS MG, FIBGE -1970, 1980, 1985 e 1995/96.

Enquanto nas décadas de 1970 e 1980 o emprego total, permanente e temporário, apresenta taxas de crescimento positivas e bastante expressivas, após 1985 esse comportamento se inverte, e começa a registrar taxas negativas de crescimento. Merece destaque, nesse processo, o comportamento do emprego temporário, pois tanto foi o responsável pelas taxas mais elevadas de crescimento como pelo registro do maior decréscimo na década de 1990.

Assim, quando das transformações do Cerrado Mineiro, em que são introduzidas novas culturas, o resultado é o aumento do número de empregados. Entretanto, na medida em que essas culturas começam a ampliar o uso da mecanização em todas as etapas do processo produtivo, é exatamente no segmento de empregados temporários que o impacto é mais sentido. No período compreendido entre 1985 e 1995/96, a taxa de crescimento inverte seu sinal, com um crescimento negativo de 7,7% a.a, o que significa reduzir os empregos temporários de 65.963 para 29.592, com o desaparecimento de mais de 35 mil empregos.

Os dados de emprego relativos ao ano agrícola de 1995/96, entretanto, devem ser analisados com cuidado, já que o Censo Agropecuário teve seus dados coletados com base em 31 de dezembro de 1995, período de baixa no emprego temporário para culturas importantes como café e cana-de-açúcar. Assim, para sanar esse problema, realizamos um levantamento com base nos Censos Agropecuários Municipais somando todos os empregos gerados nos municípios das micro-regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba que cultivam café no período de abril a setembro no caso do café e de abril a novembro para a cana-de-açúcar, para a categoria de temporários. Pudemos constatar, dessa maneira, que a queda do emprego entre 1985 e 1995/96, tanto na cafeicultura como na produção canavieira se confirma, ainda que em menor proporção.

Nova ressalva precisa ser feita, já que não temos o Censo de 1990, momento de auge da demanda por empregados temporários daquelas culturas. Portanto, se os dados da Tabela 4 superestimam a queda do emprego temporário na região, os das Tabelas 5 e 6 os subestimam.

Esse processo de intensificação da mecanização da colheita na cultura do café tem ocorrido, em grande medida, em virtude do surgimento de empresas terceirizadoras da atividade de colheita. A terceirização da mecanização da colheita, particularmente para os pequenos cafeicultores, tem significado sua permanência na atividade, sem que apresente resultados de produtividade distinta dos grandes produtores. Dessa maneira temos uma "perpetuação" da pequena atividade num segmento cada vez mais exigente quanto à qualidade do produto.

Tabela 5 - TMAP (1980-1995/96) – Café – Total de Empregados Temporários (∑ Abr-Set)

	1980	1985	1995/96	Crescimento Médio (Tx)	
				1980/85	1985/95-96
TMAP	260.066	361.269	297.566	8,0	-4,8

Fonte: Censos Agropecuários MG – FIBGE 1980/85, 1995/96

Tabela 6 - TMAP (1980-1995/96)- Cana-de-açúcar – Total de Emp. Temp. (∑Abr-Nov)

	1980	1985	1995/96	Crescimento Médio (Tx)	
				1980/85	1985/95-96
TOTAL	92.857	153.386	66.612	10,559	-8,002

Fonte: Censos Agropecuários MG – FIBGE 1980/85/95-96

No caso da cana-de-açúcar, os municípios daquelas micro-regiões mineiras mais próximos a importantes regiões produtoras canavieiras do Estado de São Paulo, são as mais importantes do TMAP, e se assemelham em algumas características agronômicas e econômicas ao Estado vizinho. As terras ocupadas com a produção de cana-de-açúcar nos municípios do TMAP, embora necessitem de alguns tipos de correções, por se tratarem de solos de cerrado, permitem elevados índices de produtividade.

Assim como vem ocorrendo no Estado de São Paulo, a atividade canavieira da região vem adotando técnicas mais modernas de cultivo e de organização do processo de trabalho, inclusive com a introdução da colheita mecânica. Consolida-se, assim, fora do maior estado produtor do país, um parque agroindustrial cujas técnicas, resultados e problemas em muito se assemelham.

Recentemente, a maior parte dos municípios que se destacaram na produção de cana-de-açúcar no TMAP apresentam queda acentuada do volume de emprego temporário. Apesar das negativas condições conjunturais enfrentadas pelo setor nos últimos anos, pode-se constatar uma grande intensificação na produção, como resultado da incorporação de importantes inovações tecnológicas no setor.

O complexo canavieiro no TMAP conta, atualmente, com sete grandes usinas de açúcar e álcool. Em Conceição das Alagoas estão presentes duas agroindústrias produtoras de açúcar e álcool, uma delas considerada a segunda produtora da região, com colheita

mecanizada em 30% de suas áreas; e expectativa de que, para 2002, tenham sido mecanizadas 90% delas. A segunda agroindústria possui menor participação na produção de açúcar e álcool deste município, sendo considerada pelos profissionais do setor como de média produção. Nela, o processo de mecanização da colheita alcança 80%, significando uma redução de, aproximadamente, 500 postos de ocupação por safra.

Fenômeno recente nesse processo de intensificação no uso de máquinas na agricultura da região, assim como ocorre no café, é o surgimento de empresas prestadoras de serviço, que permitem a terceirização do trabalho na agricultura. Essas empresas vêm se constituindo nas cidades pólo da região, ou mesmo de municípios paulistas próximos ao Triângulo Mineiro[5].

As culturas do café e da cana-de-açúcar merecem, portanto, destaque nesse processo, por se tratarem das atividades mais importantes na demanda por força de trabalho, com destaque para o temporário, no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (GARLIPP, 1999).

Entretanto, os impactos sociais causados pela intensificação no uso de colhetadeiras mecânicas nas culturas de café e cana-de-açúcar não ficam restritos ao Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, já que vêm sendo ocupados, particularmente nas atividades de colheita, empregados de outras regiões do país, como é o caso das regiões norte e nordeste de Minas Gerais, da Bahia, do Paraná, e mesmo do interior de São Paulo. De acordo com pesquisa recente (GARLIPP, 1999), com base em entrevistas junto à Diretoria Regional da FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), dos aproximadamente 12 mil trabalhadores para a safra de cana-de-açúcar utilizados na região, pelo menos 4 mil puderam ser identificados como sendo oriundos das regiões norte e nordeste de Minas Gerais e da Bahia. Na colheita do café, para uma oferta de aproximadamente 90 mil empregos, 35 mil são constituídos de mineiros do norte e nordeste do estado, baianos, paranaenses e paulistas.

Portanto, mais do que afetar a emprego rural agrícola no TMAP, as transformações em curso na agricultura vêm afetando também a agricultura familiar, já que muitos destes trabalhadores temporários são agricultores familiares de outras regiões que rumam para o Triângulo Mineiro para complementar sua renda anual e preservar sua terra. Nesse sentido,

---

[5] Para uma revisão da questão da mecanização da agricultura e a terceirização do uso de máquinas na agricultura brasileira consulte-se LAURENTI (2000).

políticas de apoio à agricultura familiar marginalizada são de fundamental importância para amenizar os impactos provocados por estas recentes transformações nas atividades rurais agrícolas.

A agricultura familiar e as atividades rurais não-agrícola

Tomando-se os dados da população ocupada por conta própria como *proxy* da agricultura familiar, já que estes realizam diretamente o trabalho em suas propriedades, podemos verificar os mesmos fenômenos identificados para a população ocupada total do Estado de Minas Gerais. A população ocupada por conta própria na região não metropolitana em Minas Gerais, que realiza atividades agrícolas, teve uma redução de 2,9% ao ano no período 1992/99 e 6,2% ao ano entre 1996/99, em ambos os casos com níveis de significância de 5%. Enquanto isso a população dos conta-própria que realiza atividades rurais não-agrícolas, como ressaltamos anteriormente, tiveram um crescimento de 12,9% ao ano no período 1996/99, com um nível de significância de 5%. (Tabela 3 em anexo)

Estes resultados confirmam avaliações de que vem ocorrendo um intenso processo de perda das propriedades por parte dos agricultores familiares nos últimos anos. No caso de Minas Gerais, as recentes exigências técnicas na produção de leite e a política de exclusão dos laticínios explicam muito desta perda.

Portanto, a agricultura familiar que vem apresentando taxa de crescimento positiva no meio rural é aquela que desempenha atividades não-agrícolas, enquanto que aquelas que desempenham atividades agrícolas têm apresentado taxas negativas de crescimento. Isso nos leva a uma das discussões mais candentes ao longo do último século, que é o da persistência da agricultura familiar na agricultura capitalista, mas como uma nova preocupação: qual a inserção que cabe a essa agricultura em tempos de globalização?

Quando se trata da agricultura familiar é preciso observar que a discussão em torno de seu papel no desenvolvimento capitalista no campo iniciou-se com grande intensidade no final do século XIX com a conclusão de KAUTSKY de que ocorreria na agricultura o mesmo que se observava na indústria: ampliação da escala produtiva. Por isso, a agricultura familiar estaria fadada ao desaparecimento por não possuir uma escala produtiva mínima para manter-se competitiva.

Ao longo do século XX, essa questão esteve presente em debates apaixonados que se arrastaram por todo o século e, por um motivo ou outro, o fato é que segue presente e importante na agricultura brasileira e mundial. Assim, quando se analisa a agricultura familiar, o que nos perguntamos é como a agricultura familiar pode atualmente melhor inserir-se nos mercados de produtos e serviços.

Evidentemente que a agricultura familiar, no caso brasileiro, não pode ser pensada enquanto um coletivo homogêneo espalhado pelo país. Sob esta definição, encontramos desde agricultores familiares integrados às cadeias agroindustriais, como aqueles que produzem para o autoconsumo e pouca relação mantêm com os mercados de produtos e serviços. É particularmente com esse segundo grupo que estamos preocupados e que são expressivos no caso da agricultura mineira.

Para entender sua presença no cenário nacional e suas perspectivas é que acreditamos ser fundamental pensar a questão do próprio desenvolvimento nacional, que historicamente excluiu grande parte desse enorme contingente de agricultores. Estes, nas últimas décadas, foram marginalizados pelo processo de modernização conservadora porque passou a agricultura brasileira nas últimas décadas.

Entretanto, essa exclusão do mercado não foi absoluta. Um forte vínculo foi mantido entre a produção e os mercados locais, além de uma complementação de renda vendendo força de trabalho na região ou mesmo em localidades distantes em parte de seu tempo.

Porém, estes vínculos com os mercados locais e de trabalho já não se sustentam no contexto atual. De um lado, estes espaços são cada vez mais penetrados pelos processos de valorização e materializados em uma abertura comercial que homogeneíza espaços heterogêneos. Dito de outra maneira, o processo de globalização não deixa esses mercados escaparem. De outro, a complementação do processo de mecanização em todas as etapas do processo produtivo agrícola elimina a possibilidade do trabalho temporário. Observa-se recentemente que atividades anteriormente fortes demandantes de trabalho temporário começam a completar a mecanização de todas as etapas do processo produtivo, como é o

caso da cana-de-açúcar, do café e do algodão. Restringe-se, assim, dramaticamente, as possibilidades de geração de renda e emprego para aqueles agricultores.[6]

Portanto, o desafio desse segmento da agricultura familiar, que não incorporou o padrão tecnológico hegemônico para inserir-se nas cadeias agroindustriais e que vem perdendo a possibilidade de complementar suas rendas com trabalhos temporários, é conseguir inserir-se em mercados de produtos e serviços ou estará fadado ao autoconsumo, mas não por muito tempo, já que a manutenção da terra vai criando dificuldades a essa opção.

No nosso entender, qualquer que seja a resposta a ser dada por essa agricultura familiar, tem que ser levado em consideração o fato de que, dificilmente, esse enfrentamento pode ser feito de maneira individual, ainda que a política pública venha priorizá-las. E porquê? Por que os mercados requerem escala, regularidade da oferta, qualidade e homogeneidade do produto, o que significa, quase sempre, ter que incorporar o padrão tecnológico hegemônico, de custos elevados, e cuja propriedade rural daquele segmento social nem sempre é apta a incorporar. Nesse caso os ensinamentos europeus são válidos, pois, de um lado, temos um conjunto de políticas públicas de proteção a esse segmento social e de outro, sua maior capacidade organizativa possibilitou a uma maior resistência, desenvolvendo tanto atividades agrícolas não tradicionais como atividades rurais não-agrícolas. Constituem-se, assim, essas atividades em alternativas concretas que não podem ser desprezadas.

Nos estudos sobre as perspectivas da agricultura familiar duas questões são fundamentais para serem respondidas. A primeira deve buscar responder o porquê de algumas comunidades, aparentemente semelhantes, que foram alvo das mesmas políticas públicas, apresentaram resultados distintos. A outra pergunta diz respeito aos mercados em que podem inserir-se esses agricultores familiares.

Essas perguntas foram feitas na União Européia, quando da entrada de países como Portugal, Espanha e Grécia. Ou seja, naquele momento a questão a ser enfrentada era de

[6] Um dos sub-projetos da terceira fase do Projeto Rurbano está realizando estudos no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba para uma melhor quantificação do desemprego de trabalhadores temporários braçais gerado pela mecanização da colheita naquelas atividades e da geração de postos mais qualificados no processo de colheita, obviamente com soldo negativo para o emprego. Este sub-projeto vem sendo financiado com recursos da FAPESP, FAPEMIG e CNPq e coordenado pelo autor.

como seriam integradas as chamadas “zonas deprimidas” desses países? Difundindo nelas o mesmo padrão tecnológico hegemônico que vinha provocando superestoques, demandando elevados volumes de crédito subsidiado, questionado interna e externamente, gerando ainda maiores problemas ambientais? A resposta foi negativa e para isso implementou-se o chamado Programa LEADER, que a partir da formação de conselhos locais de desenvolvimento, os Grupo de Ação Local (GAL), estabelece-se, de maneira concertada, propostas de geração de emprego e renda.

Para aqueles agricultores familiares, sua inserção no mercado de produtos e serviços vem se dando a partir de instâncias locais de coordenação (governança), o que implica em um “caminhar juntos” para os produtores, que, separadamente, dificilmente conseguem sucesso em sua empreitada de enfrentamento aos agentes econômicos mais poderosos.

No Brasil, depois de algumas décadas de política de crédito indiscriminada por produtor, os movimentos sociais ligados à agricultura familiar vinham reivindicando uma política diferenciada para aquele coletivo social. Foram as ações vitoriosas daqueles segmentos que orientaram a criação do PRONAF em 1996. Tendo como objetivo “*propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda*”, este programa tem sido assumido como a proposta do Governo brasileiro para o desenvolvimento rural, com um reconhecimento explícito da capacidade da agricultura familiar de absorver mão-de-obra, sustentar o homem no campo e mantê-lo ali, impedindo o agravamento das tensões urbanas pela ampliação do êxodo rural.

Uma das mais importantes linhas de financiamento do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), não quanto ao volume de recursos alocados, mas sim, enquanto proposta de consolidação da agricultura familiar, através de um programa de desenvolvimento, é o PRONAF Infra-estrutura. Através dessa linha foram selecionados até então 1.018 municípios, que obrigatoriamente constituíram seus Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR’s), com uma participação mínima de 50% de agricultores familiares, para elaborarem os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDR’s), com os projetos prioritários determinados pelo Conselho ao longo de quatro anos.

Assim, a questão central passa a ser a capacidade de resposta desses conselhos, para pode emergir, se expandir - tanto no sentido de envolver mais agentes, quanto de apontar novos caminhos - e direcionar uma trajetória de desenvolvimento da própria economia local, onde o rural é uma peça essencial.

Obviamente que no caso dos países em desenvolvimento e, particularmente, no caso brasileiro, não se pode esquecer das críticas sobre as dificuldades de inserção das camadas menos favorecidas no âmbito local. Como alerta GRAZIANO DA SILVA (2001:56):

"O fato é que tudo parece solucionar-se aplicando como receita a retirada do Estado, delegando seus poderes de regulação à sociedade civil organizada a nível local. A euforia é tal que temos esquecido inclusive de nos perguntar quem são exatamente os destinatários de tais poderes nesta sociedade local supostamente organizada, que interesses estão representados efetivamente nela e como se organizam na realidade. Se levarmos isso em consideração, as respostas seriam na maioria dos casos pouco estimulantes. Desafortunadamente, nos países não desenvolvidos somente os velhos e oligárquicos interesses estão bem representados a nível local". *(Tradução do autor)*

Exatamente por isso é que dentre as políticas de fortalecimento da agricultura familiar, o papel do Estado continua sendo fundamental, regulamentando a participação da comunidade local nos espaços representativos, incentivando sua organização e dirigindo apoios específicos (como crédito) para esse segmento social, numa perspectiva de apoio às atividades agrícolas não tradicionais e das atividades rurais não-agrícolas.

Assim, novamente concordando com GRAZIANO DA SILVA (2001:57):

> *"...é preciso reconhecer que as políticas de descentralização administrativa e econômica não são suficientes por si só para fortalecer o poder dos novos atores sociais que estão emergindo, porém se necessita criar novos mecanismos para facilitar a participação das populações locais, mecanismos que devem ir para além da criação formal de 'conselhos de desenvolvimento' onde os atores sociais somente têm possibilidade de expressar suas opiniões sobre o destino dos fundos transferidos aos governos locais."* (Tradução do autor)

A premissa básica desta proposição se move em torno da idéia de que o "salto" qualitativo de cada região ou localidade, quando ocorre, é, via de regra, capitaneado por forças sociais locais. Estas forças possuem confiança, organização, estabelecem normas de

cooperação e de participação da comunidade, na busca de um resultado social de somatório diferente de zero, ainda que numa intermediação sempre conflituosa. (MOYANO, 1999).

Nesse sentido é que NAVARRO YAÑES (1998) também destaca a importância do capital social, constituído historicamente, em cada localidade, para apreender as possibilidades de desenvolvimento local. Segundo este autor, três são as linhas de argumentação dos autores que procuram mostrar a importância do local nas novas oportunidades para o desenvolvimento. A primeira delas diz respeito exatamente ao reconhecimento das bases sociais para o desenvolvimento. A segunda argumentação diz respeito à relevância de uma identidade local na busca do que ABRAMOVAY (1999) chamou de "idéia guia" em torno da qual deve ocorrer o pacto territorial da comunidade. Ou seja, é na comunidade que se pode construir uma identidade coletiva na busca do desenvolvimento. Por último, apontam aqueles autores para a ação do Estado no sentido da descentralização das políticas públicas para o âmbito local, transformando as *low politics* (políticas públicas de natureza social) constituídas principalmente de baixo para cima em verdadeiras *high politics* dos estados nacionais.

Conclusão

Contrariando muitos, pudemos constatar, através dos dados apresentados aqui, que nas regiões mais ricas e urbanizadas do Estado, como naquelas mais rurais e que menos incorporaram o padrão tecnológico hegemônico na agricultura ganham importância na geração de emprego e renda as atividades rurais não-agrícolas. No caso da agricultura familiar, busca-se tanto revitalizar as mais tradicionais atividades artesanais, como introduzir outras não tradicionais.

Assim, longe de querer transportar de maneira direta um fenômeno observado nos países desenvolvidos, com destaque para os da União Européia, o que se constata é que também aqui o fenômeno do crescimento das atividades rurais não-agrícolas em detrimento das agrícolas é uma realidade, não somente nas propriedades rurais que incorporaram o padrão tecnológico da Revolução Verde, poupadora de mão-de-obra e que realizam aquelas atividades por possuírem trabalho excedente. Também na agricultura familiar, que

incorporou aquele padrão ou não, aproveitando nichos de mercado ou criando novos mercados, também realizam atividades rurais não-agrícolas.

Além disso, é importante observar que essas atividades criam novas oportunidades de emprego e renda para os trabalhadores rurais, mudando o perfil do emprego rural. Nem sempre são empregos mais qualificados, apesar de melhor remunerados que os agrícolas, mas são os que vêm sendo criados no meio rural.

Esse fenômeno tem levado a um outro: o rompimento da dicotomia rural-urbana e a necessidade de que o desenvolvimento seja pensado enquanto unidade, particularmente no âmbito local. VEIGA (1997 e 2000), vem insistindo nessa questão, mesmo porque, argumenta ele em trabalho recente, se tomarmos a densidade populacional dos municípios como critério de inclusão dos indivíduos como habitantes urbanos, aumentaríamos em muito a população rural brasileira, hoje subdimensionada em virtude do critério de que todo o município tem sua sede considerada como área urbana. Dessa maneira, considerando-se a densidade populacional do município como critério de qualificação dos habitantes urbanos e rurais, teríamos um aumento da população rural, residindo no campo ou em municípios rurbanos. Mais do que aumentar a população rural brasileira, essa questão nos remete ao fato de que estes municípios possuem uma dinâmica econômica, social, cultura e política ditada pelas atividades rurais. Nesse sentido, o seu desenvolvimento deve ser pensado enquanto estratégia de um desenvolvimento local (VEIGA, 2001).

Bibliografia

ABRAMOVAY, R. **Sete desafios para o desenvolvimento territorial.** Brasília, BNAF, 1999.

CAMPANHOLA, C. E GRAZIANO DA SILVA, J. **Local development and democratization of rural territory.** Comunicação apresentada ao X Congresso Mundial de Sociologia Rural, Rio de Janeiro-BRA, julho-agosto, 2000.

CARDOSO, A. **O novo rural brasileiro: abordagem a partir de uma economia regional, o Triângulo Mineiro.** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1998. Dissertação de Mestrado.

FERNANDES F., J.F. **Indústria rural no Brasil e no Nordeste: uma contribuição para o debate sobre o desenvolvimento do espaço rural.** (Texto aprovado para ser apresentado no Congresso da ANPEC), 2001.

FIBGE - **Censos Agropecuários MG**. Edições 1970, 1980, 1985 E 1995/96. Brasília/DF.

GARLIPP, A.A.B.P.D. **Mecanização e emprego rural: os casos do café e da cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.** Uberlândia, IE/UFU, 1999. (Dissertação de Mestrado)

GAZETA MERCANTIL, 16/10/2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. "El desarrollo local em contextos de globalización. Uma reflexión desde la experiencia del mundo rural brasileño." **In: Agricultura familiar en España.** Madrid, Fundación Estudios Rurales, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** Campinas-SP, IE/UNICAMP, 1999.

*IBGE. **Censo Agropecuário.** Vários Anos.*

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNDA.** Vários anos.

*KAUTSKY, K. **A questão agrária.** São Paulo, Proposta Editorial, 1980.*

LAURENTI, A.C. **Terceirização na produção agrícola. A dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola**. Londrina, IAPAR, 2000.

MEDEIROS, R.M. **Mulher, terra e trabalho: agricultura familiar mineira nos anos 1990.** Lavras, Universidade Federal de Lavras, 2001. Dissertação de Mestrado.

MOYANO, E. "El concepto de *capital* social y su utilidad para el análisis de las dinámicas del desarrollo." **Revista Economia Ensaios**, vol 13(2) e 14(1), 1999. Pp. 3-39.

MUNICÍPIOS DO PRONAF INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS: Elementos característicos. **Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar/PRONAF**. Brasília, fevereiro/2000.

NAVARRO YAÑES, C.J. **El nuevo localismo. Municipio y democracia en la sociedad global.** Córdoba, Diputación de Córdoba, 1998

ORTEGA, A.C., NEDER, H.D. E CARDOSO, A. "A dinâmica das ocupações rurais não-agrícolas no estado de Minas Gerais nas décadas dos anos oitentas e noventas." **In:** CAMPANHOLA, C. E GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro. Uma análise

estadual. Sul, Sudeste e Centro Oeste. Jaguariúna-SP, Embrapa Meio Ambiente, 2000.

REVISTA GLOBO RURAL. Rio de Janeiro, setembro de 2001.

ROQUE, A.M. **Turismo no Espaço Rural: um Estudo Multicaso nas Regiões Sul e Sudoeste de Minas Gerais.** Lavras, Universidade Federal de Lavras, 2000. Dissertação de Mestrado.

*VEIGA, J. E. "Perspectivas Nacionais do Desenvolvimento Rural"***. In:** *GRAZIANO DA SILVA, J. 1997. "O novo rural brasileiro". In: SHIKI, S., GRAZIANO DA SILVA, J. e ORTEGA, A.C.(orgs.).* ***Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do Cerrado brasileiro.*** *Uberlândia, UFU/ UNICAMP/EMPRAPA, 1997.*

VEIGA, J.E. **A face rural do desenvolvimento. Natureza, território e agricultura.** Porto Alegre, Editora da Universidade, 2000.

VEIGA, J.E. **Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico.** Brasília, NEAD (Leitura recomendada), 2001. (www.nead.gov.br)

Tabela 1: População ocupada segundo a área censitária dos domicílios, situação dos domicílios e ramos de atividades. Minas Gerais, 1992-99. População de 10 anos ou mais. (1.000 Pessoas) (1:4)

ÁREA CENSITÁRIA SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS RAMOS DE ATIVIDADES	1.992 (1.000)	1.993 (1.000)	1.995 (1.000)	1.996 (1.000)	1.997 (1.000)	1.998 (1.000)	1.999 (1.000)	taxa 1992/99 % ªa	taxa 1996/99 % ªa
TOTAL METROPOLITANO + NÃO METRO	6.640	6.844	7.097	7.138	7.226	7.078	7.388	1,3 ***	0,8
Agrícola	1.778	1.782	1.727	1.638	1.603	1.485	1.629	-2,1 ***	-0,9
Empregados	852	891	825	791	818	765	867	-0,9	2,1
empregados	852	891	825	791	818	765	867	-0,9	2,1
trab.doméstico	-	-	-	-	-	-	-		
Conta-Própria	446	411	432	422	399	363	361	-2,7 ***	-5,4 ***
Empregadores	99	99	106	76	89	89	88	-2,2	4,8
Não remunerados	380	382	364	349	298	269	312	-4,4 ***	-4,4
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-		
Não-Agrícola	4.862	5.062	5.370	5.500	5.623	5.593	5.759	2,4 ***	1,3 **
Empregados	3.465	3.621	3.821	4.012	3.989	4.023	4.064	2,3 ***	0,5
empregados	2.910	3.034	3.174	3.356	3.337	3.380	3.376	2,2 ***	0,3
trab.doméstico	556	587	647	656	653	642	688	2,6 ***	1,3
Conta-Própria	1.068	1.088	1.187	1.172	1.205	1.173	1.268	2,1 ***	2,1
Empregadores	200	221	233	215	290	269	288	5,2 ***	8,4
Não remunerados	129	132	130	101	138	127	139	0,5	9,2
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-		

(continuação)

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.
***,**,* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.
Obs: "-" indica menos de seis observações na amostra.

Tabela 2: População ocupada segundo a área censitária dos domicílios, situação dos domicílios e ramos de atividades. Minas Gerais, 1992-99. PEA restrita. (1.000 Pessoas) (3:4)

ÁREA CENSITÁRIA SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS RAMOS DE ATIVIDADES	1.992 (1.000)	1.993 (1.000)	1.995 (1.000)	1.996 (1.000)	1.997 (1.000)	1.998 (1.000)	1.999 (1.000)	taxa 1992/99 % a.a	taxa 1996/99 % a.a
RURAL METROPOLITANO	92	101	118	125	153	138	151	7,6 ***	4,8
Agrícola	14	18	12	6	11	7	9	-9,8 **	8,9
Empregados	8	13	7	5	4	6	7	-8,0 *	11,7
empregados	8	13	7	5	4	6	7	-8,0 *	11,7
trab.doméstico	-	-	-	-	-	-	-		
Conta-Própria	2	3	3	-	3	-	-		
Empregadores	-	-	-	-	-	-	-		
Não remunerados	4	2	2	-	3	-	-		
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-		
Não-Agrícola	78	83	106	119	141	130	142	9,8 ***	4,6
Empregados	57	66	85	92	109	103	113	10,4 ***	5,9 *
empregados	44	49	62	71	81	77	84	10,2 ***	4,6
trab.doméstico	14	17	23	21	28	26	29	11,1 ***	10,1 *
Conta-Própria	18	14	19	24	29	23	24	7,1 ***	-3,0
Empregadores	-	-	-	2	3	2	4		14,6
Não remunerados	2	2	-	-	-	2	2		
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-		

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

***,**,* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs: "-" indica menos de seis observações na amostra.

Tabela 3: População ocupada segundo a área censitária dos domicílios, situação dos domicílios e ramos de atividades. Minas Gerais, 1992-99. PEA restrita. (1.000 Pessoas) (4:4)

ÁREA CENSITÁRIA SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS RAMOS DE ATIVIDADES	1.992 (1.000)	1.993 (1.000)	1.995 (1.000)	1.996 (1.000)	1.997 (1.000)	1.998 (1.000)	1.999 (1.000)	taxa 1992/99 % aa		Taxa 1996/99 % aa	
RURAL NÃO METROPOLITANO	1.594	1.597	1.604	1.531	1.501	1.453	1.558	-1,0	**	0,2	
Agrícola	1.250	1.258	1.217	1.191	1.146	1.055	1.169	-1,8	***	-1,4	
Empregados	508	554	498	501	512	486	558	0,0		2,8	
Empregados	508	554	498	501	512	486	558	0,0		2,8	
trab.doméstico	-	-	-	-	-	-	-				
Conta-Própria	355	318	337	337	309	287	278	-2,9	***	-6,2	***
Empregadores	54	51	62	42	51	43	54	-1,4		5,9	
Não remunerados	334	335	320	311	274	239	278	-4,0	***	-4,6	
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-				
Não-Agrícola	343	339	387	341	355	398	389	1,9	**	5,3	*
Empregados	220	214	259	261	257	295	261	3,7	***	1,4	
empregados	163	145	180	177	170	224	165	2,8		0,7	
trab.doméstico	58	68	79	84	87	71	97	5,5	***	2,0	
Conta-Própria	98	104	98	69	80	85	101	-1,8		12,9	***
Empregadores	8	4	11	4	5	7	5	-2,0		14,5	
Não remunerados	17	18	19	7	13	10	21	-3,3		39,0	*
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-				

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

***,**,* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs: "-" indica menos de seis observações na amostra.